



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Incidente Anômalo n.º 1/2024, requerido por **Anderson Marquel Duarte Soares**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 42/2024

*(Incidente Anômalo 1/2024, Anderson Marquel Duarte Soares, Indeferimento liminar por manifesta ausência de base legal e por intempestividade de suscitação de incidente pós-decisório)*

### I. Relatório

1. O Senhor Anderson Marquel Duarte Soares, irresignado com o *Acórdão 187/2023*, de 20 de dezembro, *Inadmissão por não aperfeiçoamento das insuficiências de que o recurso padece*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 4, 11 de janeiro de 2024, pp. 46-50, prolatado pelo Tribunal Constitucional, veio apresentar a esta Corte um incidente anômalo, intitulado de recurso de amparo, assente em razões que se sumariza da seguinte forma:

1.1. Inconformado com o julgamento e condenação do Tribunal da Comarca do Sal pela prática de crimes de agressão sexual contra duas menores, com a pena única de 9 (nove) anos de prisão, mais o pagamento de indemnização,

1.1.1. Interpôs recurso para o TRB, que, através do *Acórdão N. 3/23-24*, teria concedido parcial provimento, reduzindo a pena aplicada em cúmulo jurídico para sete anos de prisão efetiva;

1.1.2. Ainda assim, da insatisfação da decisão que teria sido proferida no âmbito do *Acórdão* do Tribunal de Segunda Instância, interpôs recurso de amparo junto ao Tribunal Constitucional, que o rejeitou;

1.1.3. Alega que não teria sido notificado pessoalmente da decisão *187/2023* do Tribunal Constitucional, referente à inadmissão de recurso de amparo anterior por si interposto;

1.2. Discordou das decisões proferidas pelos tribunais, por si vistas como desproporcionais, grosso modo, ressalta que o relatório médico não teria apresentado provas contundentes que o vinculariam aos crimes imputados, não estando preenchidos, segundo se percebe, os elementos típicos dos artigos 141, alínea a), e 144, número 2, do Código Penal e 141 alínea a), e 144, n.1 do CP;

1.2.1. O estado psicológico que uma das menores teria apresentado não se coadunaria com o de uma pessoa que teria sido submetida a abusos sexuais;

1.2.2. A validação do depoimento das supostas vítimas e testemunhas em detrimento do seu, teria culminado na violação dos seus direitos, liberdades e garantias, em circunstâncias em que o juiz não inquiriu as testemunhas de “modo digno” e “com competência” e os tribunais teriam sido injustos e insensatos, já que decidiram sem, alegadamente, analisar os factos e omitindo-se de procurar e encontrar provas concretas. Terão agido sem imparcialidade, suscitando-lhe dúvidas a atribuição dos factos dos quais foi acusado;

1.2.3. Pelo exposto, requereu junto a esta Corte a procedência do que designa “deste recurso de amparo”, a adoção de medidas provisórias, conduzindo à imposição de uma pena suspensa, determinação de utilização de pulseira eletrónica ou, de preferência, redução da pena.

2. Parecendo ao JCP que,

2.1. O Senhor Anderson Marquel Duarte Soares trazia a este tribunal um incidente anómalo, posto que, intitulado de recurso de amparo, impugna o *Acórdão TC 187/2023, de 20 de dezembro*, que não admitiu a trâmite um outro recurso de amparo por si interposto;

2.2. Dava a impressão de que suscitava dúvidas sobre as razões que levaram o TC a não admitir o supramencionado recurso e a recusar-se a deferir o pedido de decretação de medida provisória formulado;

2.3. E que ele partia da premissa de que, não tendo sido notificado pessoalmente da decisão de não-admissão, a impugnação desse aresto, submetida ao TC no dia 25 de abril de 2024, seria tempestiva, ainda que o mesmo já tivesse sido notificado à sua mandatária desde o dia 21 de dezembro de 2023:

3. E, entendendo que se mostrava necessário analisar esta peça para efeitos de decisão a respeito do seu encaminhamento e de eventuais instruções a dirigir à secretaria quanto a esse tipo de reação processual, marcou sessão do TC, a realizar-se por videoconferência no dia 17 de maio, às 11:00, para apreciação do requerimento, tendo a mesma ocorrido nessa data e culminado com a adoção da seguinte decisão.

## II. Fundamentação

1. O que ressalta da argumentação exposta pelo requerente é que este, aparentemente, utiliza o recurso constitucional de amparo contra uma decisão tirada pelo Tribunal Constitucional em sede de amparo com o intuito de obter a reapreciação da decisão de admissão por esta não ter ido ao encontro das suas pretensões.

2. Com tais contornos é evidente que esta reação processual não teria margem para prosperar, nomeadamente porque, primeiro, não cabe recurso de amparo contra decisão tomada pelo Tribunal em processo de amparo; segundo, porque mesmo que se possa suscitar a violação de direitos por este Coletivo em relação às normas que aplica diretamente – nomeadamente as organizatórias e as de processo constitucional – tal possibilidade depende de isso ser colocado através de um incidente pós-decisório de nulidade interposto antes de a decisão em causa transitar em julgado; o que, terceiro, não aconteceu nesta ocasião, por se ter suscitado a questão de modo intempestivo, muito tempo depois de ter ocorrido a notificação da decisão do TC.

2.1. Efetivamente, na senda do que já se decidiu inúmeras vezes desde o *Acórdão 57/2021, de 6 de dezembro, Alex Nain Saab Moran v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, 17 de janeiro de 2022, pp. 127-130, 2.3; *Acórdão 44/2023, de 04 de abril, Orlando Dias v. Conselho de Jurisdição do MpD*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 44, 21 de abril de 2023, pp. 1041-1052, 5.1; *Acórdão 11/2024, de 29 de janeiro, Amadeu Oliveira v. STJ, Reclamação contra o Acórdão n.º 7/2024, de 19 de janeiro*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 14 de maio de 2024, pp. 530-532, 5-V, não cabe recurso de amparo contra decisão prolatada pelo Tribunal Constitucional em sede de qualquer recurso constitucional.

2.1.1. Naturalmente, por razões normativas de base constitucional, na medida em que a própria Constituição distinguindo o “Tribunal Constitucional” dos “tribunais”

(judiciais e outros), limita-se a prever recursos constitucionais de decisões tomadas pelos derradeiros para serem apreciados por esta Corte. É o que de forma cristalina estipula o artigo 215 quando dispõe que “além do Tribunal Constitucional, há as seguintes categorias de tribunais [elencando-se os tribunais judiciais, o Tribunal de Contas, o Tribunal Militar de Instância e os Tribunais Fiscais e Aduaneiros]”, culminando com o disposto no artigo 281 alusivo ao recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade que dispõe que “cabe recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos Tribunais que (...)”. Sendo certo que a Lei Fundamental associa o recurso de amparo a atos e omissões do poder público, o facto é que, ao remeter à lei o desenvolvimento do quadro regulatório, esta limita o recurso contra decisões de órgão judicial aos casos em que a violação tenha “sido praticada em processo que corra os seus termos pelos tribunais”.

2.1.2. E também por razões sistémicas e dogmáticas, uma vez que desafiaria toda a racionalidade que decisões que apreciam em última instância uma querela constitucional, ainda fiquem sujeitas a recursos constitucionais dirigidas ao próprio órgão que as prolatou. A utilização abusiva de tal expediente, como já se tentou fazer, deixaria em aberto a possibilidade permanente de entorpecimento da ação da justiça através do recurso sistemático de decisões que decidem outras decisões, ainda que estas, por si só, possam abarcar somente questões de processo constitucional incidentes sobre normas ou condutas diretamente imputáveis ao TC. Já que as demais estariam sempre fora do âmbito de qualquer reação processual, na medida em relação a elas não há aplicação de norma pelo TC, mas mero escrutínio da sua aplicação por outros órgãos do poder judicial.

2.1.3. Não havendo, ademais, necessidade lógica de se prever tal possibilidade ou de com ele se consentir, designadamente para se evitar uma situação de ausência de tutela jurisdicional efetiva. Sendo o Tribunal especialmente vocacionado para proteger a Constituição e o seu sistema de proteção de direitos, não deve ele próprio aplicar normas inconstitucionais no processo ou violar os direitos, liberdades e garantias por via da interpretação das normas que aplica, procedendo preliminarmente a este escrutínio. Podendo, ainda, as questões residuais em que sujeitos processuais entendam que os seus direitos foram violados por ato diretamente imputável ao TC, serem suscitadas através de incidentes pós-decisórios a arguir a nulidade do acórdão com base nesse fundamento, como tem acontecido várias vezes (*Acórdão 9/2018, de 3 de maio, Pedido de Aclaração e Reforma de Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, 856-869, 1.; *Acórdão 10/2019, de 14 de fevereiro, João Batista*

*Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 14 de março de 2019, pp. 519-521, 1.; *Acórdão 47/2020, de 29 de outubro*, *Alex Nain Saab Moran v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90, 1.; *Acórdão 5/2023, de 18 de janeiro*, *Pedro Rogério Delgado v. Tribunal da Relação de Barlavento*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 689-690, 1.; *Acórdão 7/2023, de 18 de janeiro*, *António José Pires Ferreira v. Tribunal da Relação de Barlavento*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 691-693, 1.; *Acórdão 93/2023, de 12 de junho*, *Simplício Monteiro dos Santos v. 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de S. Vicente, Indeferimento Liminar de Pedido de Nulidade do Acórdão 31/2023, por Manifesta Falta de Fundamento de Facto e de Direito*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, de 22 de junho de 2023, pp. 1355-1357, 1.; *Acórdão 95/2023, de 13 de junho*, *Adelcides Nascimento Fernandes Tavares v. STJ, Indeferimento de Arguição de Nulidade do Acórdão 66/2023 por Manifesta Falta de Fundamentos Legais*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, de 22 de junho de 2023, pp. 1359-1363, 1.; *Acórdão 101/2023, de 15 de junho*, *Herdeiro de Thérèse Marie Margueritte Lopes v. 1º JFTJCSV, Indeferimento Liminar de Arguição de Nulidade do Acórdão 57/2023 por colocação intempestiva de incidente pós-decisório*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, de 22 de junho de 2023, pp. 1387-1388, 2.2.; *Acórdão 112/2023, de 3 de julho*, *Antero Maria Gomes Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, Indeferimento liminar de pedido de nulidade do Acórdão 84/2023, por suscitação manifestamente intempestiva*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1494-1496, 1.3.; *Acórdão 113/2023, de 3 de julho de 2023*, *Osvaldo Rodrigues Oliveira e Ramiro Rodrigues Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, Indeferimento liminar de pedido de nulidade do Acórdão nº 85/2023, por suscitação manifestamente intempestiva*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1496-1498, 1.3.; *Acórdão 6/2024, de 18 de janeiro*, *Amadeu Fortes Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, de 6 de fevereiro de 2024, pp. 221-225, 4). Considerando os limites quantitativos lógicos, uma vez que não cabe colocar incidente pós-decisório de decisão que aprecia e decide outro incidente pós-decisório, como ficou assente no *Acórdão 5/2022, de 10 de fevereiro*, *Alex, Nain Saab Moran v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 346-348 e no *Acórdão 4/2023, de 18 de janeiro*,

*Vanda Maria Nobre Ferro de Oliveira v. 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de S. Vicente*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 688-689.

2.2. Neste sentido, o requerente, caso entendesse que o TC, como parece pressupor, tivesse violado algum direito, liberdade ou garantia de sua titularidade, sempre podia suscitá-lo arguindo a nulidade do acórdão. Para tanto haveria que identificar a violação e motivar as alegações nesse sentido antes de a decisão transitar em julgado.

2.2.1. Fica patente que o requerente, à parte dizer que o seu requerimento tem a natureza de um recurso de amparo, nem identifica a interpretação lesiva de direito, liberdade ou garantia atribuível diretamente ao aresto do TC;

2.2.2. Nem, tampouco, constrói qualquer argumentação a respeito, limitando-se a trazer arrazoado referente à decisão impugnada no âmbito dos autos de amparo da lavra do STJ;

3. E é indiscutível que o fez fora do prazo e num momento em que a decisão do TC, à primeira vista, já tinha transitado em julgado e, há muito tempo, já que notificada, na pessoa da sua mandatária, desde 21 de dezembro de 2023, às 10:53. Porquanto, o requerimento subscrito de punho próprio pelo requerente só foi protocolado na secretaria do TC no dia 25 de abril do presente ano, quando, nos termos do artigo 16, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo, e tendo em conta que se estava perante um acórdão de admissibilidade, tinha até ao dia 22 de dezembro de 2023, às 10:53, para o fazer;

3.1. Aparentemente, ciente disso, o requerente, não questionando o prazo em si, sugere que o *dies a quo* associado ao início da sua contagem seria o da sua notificação pessoal da própria decisão do TC;

3.2. O que, por motivos naturais, sempre dependeria de haver uma obrigação de notificar pessoalmente um recorrente de uma decisão de amparo, o que está muito longe de ser líquido.

3.3. Desde logo, porque, sendo o processo constitucional autónomo, não se pode pressupor que há uma extensão de aplicação das normas do processo penal nesta sede. Como o Tribunal Constitucional tem proclamado sistematicamente, ele não é um tribunal criminal, nem tampouco aqui tramitam processos penais. Antes, processos

constitucionais, os quais, quando incompletos, nas circunstâncias em que atua como jurisdição constitucional, por força da lei, remetem à aplicação supletiva do Código de Processo Civil (*Acórdão 32/2022, de 04 de agosto, PSD v. CNE, sobre dever de pagamento de subvenções eleitorais por decurso de prazo decisório da CNE*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, de 5 de janeiro de 2023, pp. 29-36, 7.1.1.; *Acórdão 137/2023, de 7 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ, Inadmissão por Inexistência Manifesta de Violação de Direito, Liberdade e Garantia*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1886-1890, 3.2.1.; *Acórdão 180/2023, de 8 de dezembro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 131, 27 de dezembro de 2023, pp. 2645-2650, 6.1.).

3.4. E nem a Lei do Amparo, nem o Código de Processo Civil, impõem a notificação pessoal do recorrente,

3.4.1. De resto, como o Tribunal Constitucional já havia asseverado em situação similar quando considerou que não havia qualquer obrigação de notificação pessoal de decisões tomadas na sequência de colocação de pedidos de reparação ancorados na Lei do Amparo e do *Habeas Data* (*Acórdão 24/2024, de 10 de abril, Savo Tripcevic v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 785-796, 7.3; *Acórdão 25/2024, de 10 de abril, Magno de Paula Trindade v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 796-807, 7.3; *Acórdão 26/2024, de 10 de abril, Emerson Lourenço Borges v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 807-818, 7.3; *Acórdão 27/2024, de 10 de abril, Nicola Markovic v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 818-828, 7.3; *Acórdão 28/2024, de 10 de abril, Cristiano Fernando de Matos v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 829-839, 7.3; *Acórdão 29/2024, de 10 de abril, Edenei Lara da Silva v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 839-850, 7.3; *Acórdão 30/2024, de 10 de abril, Rui Etelvino Filho v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina

Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 850-861, 7.3).

3.4.2. Com efeito, o artigo 3º, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, limita-se a impor a notificação da decisão que rejeitou reparar a alegada violação do direito, não constando qualquer norma especial em relação à notificação pessoal do recorrente de decisão que não admite pedido de recurso de amparo. Aliás, a única norma que se refere especificamente à questão, diz simplesmente que a decisão referente à admissão transita em julgado “nas vinte e quatro horas seguintes ao da sua notificação ao recorrente e à entidade recorrida” sem mais, ou seja, sem que nada sugira que quis também impor a notificação pessoal do recorrente;

3.4.3. Na falta de definição deste regime, o que se aplica, com as devidas adaptações e na medida em que as normas aplicáveis sejam compatíveis com o processo constitucional, é o Código de Processo Civil, o qual, como se sabe, contém dois regimes diferentes, consoante o sujeito processual estiver no processo representado por mandatário ou não. Posto que o seu artigo 232, parágrafo primeiro, dispõe que “[a]s notificações às partes em processos pendentes são feitas na pessoa do mandatário”, constituindo em exceção prevista pelo parágrafo segundo, somente os casos em que se chama o sujeito para a prática de ato pessoal, situação em que, além do mandatário, se notifica também a própria parte notificada, e o artigo 234, que regula notificações de partes que não tenham constituído mandatário;

3.4.4. No caso concreto, não sendo caso de prática de ato pessoal, o que se verifica é que o recorrente veio ao Tribunal Constitucional através de peça subscrita por mandatária que o vinha representando perante a jurisdição ordinária.

3.4.5. Por conseguinte, somente a esta cabia notificar da decisão que fosse tomada.

4. Neste conspecto, este requerimento deve ser liminarmente rejeitado e devolvido, instruindo-se a secretaria a atuar do mesmo modo, quando fica patente que se trata de incidente colocado num momento em que a decisão já transitou em julgado. Por ter sido ultrapassado largamente o prazo de vinte e quatro horas para suscitação de qualquer incidente pós-decisório contado a partir da notificação do subscritor da peça, em contexto no qual não se apresenta qualquer tese ou razão especial que o justifique.



### III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem:

a) Indeferir liminarmente o incidente protocolado pelo requerente, na medida em que não cabe recurso de amparo destinado a impugnar decisão tomada em sede de autos de amparo;

b) Determinar que a secretaria devolva a peça, instruindo-a a atuar da mesma forma em relação a qualquer requerimento pós-decisório que, à margem de apresentação de razão justificativa especial que seja legalmente admissível, seja protocolado de forma notoriamente intempestiva.

Registe, notifique e publique.

Praia, 28 de maio de 2024

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 28 de maio de 2024.

O Secretário,

*João Borges*